

**PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE
CÁCERES-MT: GESTÃO E PRÁTICAS EDUCATIVAS**

Projeto de pesquisa apresentado à Chamada
MCTI/CNPq/MEC/CAPES N °43/2013

Coordenadora: Heloisa Sales Gentil (UNEMAT)

Novembro 2013

Sumário

1.	Identificação da proposta de pesquisa	p.03
2.	Qualificação do problema	p.06
2.1.	Contexto educacional	p.06
2.2.	O Programa Mais Educação	p.10
3.	Objetivo geral	p.13
3.1.	Objetivos específicos	p.13
4.	Procedimentos metodológicos	p.14
5.	Principais contribuições científicas	p.16
6.	Formas de divulgação	p.16
7.	Referências	p.17
8.	Cronograma de execução	p.18
9.	Orçamento detalhado	p.20
10.	Orçamento justificado	p.22
11.	Cronograma físico-financeiro	p.24
12.	Identificação dos participantes do projeto	p.24
14.	Disponibilidade de infraestrutura e apoio técnico	p.24
15.	Termo de compromisso dos participantes	p.

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE CÁCERES-MT: GESTÃO E PRÁTICAS EDUCATIVAS

Área: Política Educacional

Coordenadora: Heloisa Salles Gentil (UNEMAT)

Resumo:

Este projeto apresenta como objeto de pesquisa o Programa Mais Educação, um programa instituído no segundo mandato do Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010) e tem como objetivo analisar as características do PME (Programa Mais Educação) e sua implementação no Sistema Municipal de Ensino de Cáceres/MT, focalizando a gestão e as práticas educativas de escolas públicas selecionadas para a pesquisa, a partir do ano de sua implantação até 2015. Para tal intento, os procedimentos metodológicos abrangem: levantamento e análise de dados quantitativos e qualitativos sobre o programa em âmbito nacional e, particularmente, no município selecionado para estudo; análise de documentos oficiais e de dados de entrevistas, com base em roteiro semiestruturado, a ser realizada com a equipe que acompanha o PME no Sistema de Ensino e com os segmentos representativos das escolas selecionadas para estudo de caso, conforme critérios definidos na pesquisa.

Palavras-chave: política educacional, educação integral, gestão, práticas educativas, Programa Mais Educação.

1. Identificação da proposta

Esta proposta apresenta como objetivo de pesquisa a análise do Programa Mais Educação (PME) no Sistema Municipal de Ensino de Cáceres-MT, focalizando a gestão e as práticas educativas decorrentes da implementação desse Programa. O município em pauta está situado em área de fronteira Brasil/Bolívia, na região Centro-Oeste do país. Do ponto de vista educacional, vem apresentando formas híbridas de gestão e de práticas educativas em consequência da implementação de políticas educacionais, ora advindas da Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso (SEDUC/MT), ora de entidades do Terceiro Setor, como ocorreu por uma década (2001 a 2010) com a parceria entre o município e o Instituto Ayrton Senna. Indicadores como os altos índices de defasagem idade-série detectados no ano de 2000, aliados à ausência de política própria de educação vêm deixando lacunas, que têm sido preenchidas por políticas externas (“de fora”), cujo objetivo tem sido enunciado como “melhorar os resultados da educação”.

Do ponto de vista político, a composição tanto do Poder Executivo quanto do Legislativo, historicamente, tem se dado pelo revezamento de pessoas provenientes de um segmento social identificado com a elite agrária e conservadora no município. Pode-se considerar que estas características têm cerceado a democratização das relações de poder no Município (COSTA, 2011), incluindo-se aquelas referentes à educação. No aspecto sócio-econômico, conforme dados do IBGE (2010), estima-se uma população de 87.912 habitantes. Classificado em 59º lugar em relação aos 141 municípios mato-grossenses, cresceu apenas 6% nos últimos dez anos e registrou o índice de renda per capita de 0,691 (IBGE, 2010), muito inferior ao período 1991-2000, cujo crescimento foi de 14%, mas cuja renda per capita foi menor, 0,645.

Com base nos dados citados, entre outros, é possível afirmar que Cáceres pode ser considerada uma cidade com sérios problemas econômicos e sociais, com parcela significativa da população vivendo de subemprego, de trabalho informal, especialmente do pescado e de Programas Sociais do Governo Federal. Esta situação se agrava por ser uma área de fronteira com a Bolívia. Programas voltados para a redução da pobreza e das desigualdades econômica e social são extremamente relevantes na região sob pelo

menos dois aspectos: aliviar a precariedade da situação econômica de inúmeras famílias e possibilitar esperança a adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social.

O conhecimento desta realidade local se dá especialmente pelo fato de as pesquisadoras que ora propõem essa investigação já terem participado de uma pesquisa que verificou a parceria entre sistemas públicos de educação básica e o Terceiro Setor, realizada por uma rede com pesquisadores de diferentes universidades brasileiras: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade de São Paulo – campus de Ribeirão Preto (USP); Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); Universidade Católica Dom Bosco (UCDB); Universidade Federal do Rio Grande do Norte – campus de Mossoro (UFRN); Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Universidade Estadual do Piauí (UESPI); Universidade Federal do Pará (UFPA).

O trabalho de campo realizado no município de Cáceres/MT, sob a coordenação de uma das pesquisadoras desta proposta, possibilitou verificar que o Instituto Ayrton Senna influenciou a gestão do sistema e da escola culminando em práticas neotecnicistas, engessadas e burocratizadas na educação, na medida em que modificou o desenho institucional, a legislação, a concepção de educação, de financiamento, a autonomia da Secretaria de Educação e da rede de escolas municipais entre outros. No caso estudado, após o encerramento (2010), as normas e as rotinas permaneceram nas escolas (COSTA, 2011).

Em outro trabalho de investigação realizado, foi possível verificar que os fundamentos e mecanismos da gestão democrática foram completamente alterados, em seus conteúdos e significados, configurando sentidos diferentes daqueles originalmente pensados pelos movimentos acadêmicos e sindicais da década de 1980. O modelo de gestão implementado no sistema municipal de ensino e nas escolas a partir da parceria com o IAS, foi considerado burocrático/gerencial/tecnológico (COSTA, 2011).

Essas informações parecem-nos importantes no sentido de questionar como ocorre a implementação de um programa com as características do PME em um município que vivenciou essas experiências (de um modelo híbrido de gestão, público/privado) e que ainda apresenta marcas do processo vivido tanto na organização, quanto na gestão e nas práticas pedagógicas.

O projeto de pesquisa ora apresentado será desenvolvido por uma equipe de pesquisadores, professores, alunos da graduação e do Mestrado em Educação e colaboradores que venham a compor posteriormente a equipe. Na UNEMAT, universidade em que atuam os professores universitários pesquisadores, esta pesquisa será desenvolvida no âmbito da Linha de pesquisa “Formação de Professores, políticas e práticas pedagógicas”, do Programa de Pós-Graduação – Mestrado da UNEMAT.

O fato de a pesquisa congregar pesquisadores de diferentes áreas, alunos de graduação e de pós-graduação, indica a importância e a relevância de sua execução. Pode-se dizer que a participação de educadores de diferentes níveis do ensino contribui com a compreensão da política, sua implantação e implementação nas escolas públicas da rede municipal, de modo que a universidade possa atuar traçando diagnósticos e fazendo proposições às novas perspectivas de educação expressas no Programa, a fim de repensar inclusive a sua própria formação de professores.

Esta investigação se justifica pela necessidade de sistematizar e aprofundar o conhecimento acerca dos fundamentos e mecanismos de gestão e das práticas educativas que vem se materializando com a implementação do PME face à configuração das políticas educacionais atuais, levando-se em conta as peculiaridades locais.

Outro motivo que atesta a relevância do desenvolvimento desta pesquisa é a gestão democrática do ensino público, bandeira de lutas históricas dos movimentos acadêmicos e sindicais da área educacional. Ainda que instituída como princípio da educação nacional na Constituição Federal de 1988 e reafirmada por outras legislações (a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996¹, e leis complementares como o Decreto N.740, de 29/12/1995 que regulamenta a gestão democrática, definindo a eleição direta de diretores como princípio básico e a também a Lei estadual Nº 7 040, de 1º /10/1998, que estabelece a gestão democrática da educação pública em Mato Grosso e regulamenta, entre outros, a co-responsabilidade entre poder público e sociedade na gestão da escola) não há garantias de sua materialização. Considera-se, assim, o imperativo de discutir conteúdos e métodos da

¹ O Art. 14 da LDB define que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes elementos: I. “participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola”; II. “participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes” (BRASIL, 1996).

intervenção estatal, que ainda têm muito a avançar, principalmente no que se refere à gestão democrática da educação (PERONI, 2009), ressaltando a importância de se investigar a materialização da proposta de gestão e das práticas educativas advindas do PME.

Ainda podemos destacar a importância de se pensar a formação necessária à compreensão e materialização de propostas de educação integral e o papel que cabe à Universidade: para além de participação na proposição de políticas a partir do conhecimento acumulado pelas pesquisas já realizadas, a necessidade de acompanhar e colaborar com a efetivação de tais políticas e o processo de formação de educadores, mais especificamente professores.

2. Qualificação do principal problema a ser abordado

Como um programa nacional, que se propõe intersetorial e que visa uma mudança radical na concepção de educação e de educação escolar, e conseqüentemente na gestão de processos educativos, com o intuito de, em última instância, melhorar a qualidade da educação, realmente se efetiva em escolas municipais do interior do país?

No desdobramento desta questão mais ampla, surgem outras indagações que devem orientar a investigação proposta:

- Como ocorre a gestão do Programa na esfera municipal?
- De que forma se organizam e se desenvolvem as práticas previstas pelo Programa?
- Quem são os sujeitos envolvidos e como participam?
- Como este programa influencia a reorganização da educação no município?
- Como se dá a formação dos educadores, professores ou não, para e durante a realização do Programa?
- Que contribuição da Universidade tem ou pode ter nesse processo?

2.1.Contexto educacional:

A gestão da educação no Brasil passou por momentos distintos até alcançar, na década de 1980, novas proposições democráticas juntamente com a democratização do

Estado e de suas instituições, das relações de poder nas sociedades política e civil. Como apontado anteriormente, as lutas da sociedade civil pela democratização da educação ganharam reforço substancial em arcabouço legal que define a gestão democrática para a educação; a oferta de educação mediante padrões mínimos de qualidade; o conhecimento como um direito de todos, entre outros.

No entanto, a partir da década de 1990, florescem novas perspectivas de gestão da coisa pública embaladas pelo ideário neoliberal e de terceira via, simultaneamente, os quais induzem a adoção de novos paradigmas de competência para a ação pública, em diferentes partes do mundo, a partir da década de 1980 e, no Brasil, a partir dos anos 1990. Tais medidas romperam com a identificação de bem público como aquele financiado e administrado diretamente pelo Estado. O paradigma de administração burocrático, identificado com o Estado do Bem-Estar Social, passou por severas críticas e foi considerado ineficiente e ineficaz. Gradativamente ou foi substituído ou agregado à administração gerencial e tecnológica, considerada mais eficiente pela hegemonia neo-conservadora, capaz de solucionar os problemas associados à falta de competência político-administrativa dos governos. As questões políticas são reduzidas a uma questão técnica e os problemas, como aqueles relacionados com o baixo desempenho da educação, são considerados um problema de gestão (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2000). Como consequência, assiste-se à inauguração de complexas formas de oferta e gestão de políticas públicas sociais, que de longe pode ser definida como uma relação entre o público e o privado, ou mesmo como processo puro e simples de privatização (DALE, 1994).

Em que pesem as políticas educacionais, nestas questões há um papel central desempenhado pela introdução do mercado no projeto de “despolitização” da educação, como um componente essencial da estratégia da Nova Direita. De acordo com estas orientações pode-se considerar que, no Brasil, as medidas para introdução de mecanismos de mercado na administração pública tiveram início com a reordenação do marco legal responsável pela regulação entre esferas pública e privada e cuja expressão mais evidente encontra-se na Emenda Constitucional n. 19 de 04 de junho de 1998. O Plano que orientou a reforma do Estado no Brasil, elaborado durante o primeiro mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), tem evidente papel

norteador na reorganização do Estado brasileiro e de seu marco regulador decorrente (PERONI, 2003).

No campo educacional, tal condição foi aprofundada pela descentralização e a autonomia delegada a estados e municípios para o financiamento e a gestão de políticas educacionais, especialmente no que se refere ao ensino fundamental. A busca pela eficiência e resultados educacionais nesta etapa de ensino, em especial, nos primeiros anos de escolarização, têm demandado a introdução de diferentes mecanismos de controle centralizado na gestão educacional e em testes padronizados (sistema de avaliação), entre outras ações.

A discussão da qualidade da educação, também recorrente no país, tem sido reiterada especialmente nos últimos 20 anos, quando foram colocados em cena diversos instrumentos de avaliação da educação. Assim, testes e provas geram rankings de escala internacional e se replicam para estudantes, escolas, municípios e estados brasileiros, tentando definir e medir essa qualidade.

Essas questões estão inseridas em um cenário mais amplo, como já descrito, em que o capitalismo mundial se reergue apoiado em princípios neoliberais, entre os quais a desresponsabilização do Estado ou o estado mínimo. Entre as estratégias para a criação de uma cultura de “ineficiência do estado na administração da coisa pública” encontra-se a crítica à educação pública, a responsabilização de seus gestores e educadores pelos resultados “não satisfatórios” nos testes e, conseqüentemente a desvalorização dos profissionais da educação. Essa, por sua vez, tem sido acompanhada pela proposição de mais espaço para ações de “voluntários” (inclusive empresários), em prol da melhoria da qualidade da educação no país, o que reforça a ideia de público/privado.

Nesse panorama, a pressão internacional em função dos princípios neoliberais ganha espaço, mas não sem resistências. Desde o início da década de 2000, em nível federal, os governos têm ampliado o espaço para atendimento de demandas populares, possibilitando a proposição de ações que realmente atendam as classes até então desfavorecidas, em função das necessidades sociais, o que não significa que esteja ileso a contradições. Entre as várias proposições nesse sentido, encontra-se a proposta de educação integral para atendimento prioritário a crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social.

[...] pode-se afirmar que a Educação Integral é fruto de debates entre o poder público, a comunidade escolar e a sociedade civil, de forma a assegurar o compromisso coletivo com a construção de um projeto de educação que estimule o respeito aos direitos humanos e o exercício da democracia. Esses debates apresentam a valorização da pluralidade de saberes e a criação de momentos privilegiados em que se possa compreender a importância das distintas formas de conhecimento e suas expressões no mundo contemporâneo. (MEC, SECAD, 2009, p.27).

E é no contexto descrito que se insere a proposição de educação integral e de tempo integral (mais uma vez) com o propósito de melhorar a qualidade da educação. Mas essa proposição não tem em mira apenas os testes padronizados que visam a medição de resultados. Ela se fundamenta em uma concepção de educação mais ampla, em que há o reconhecimento da potencialidade de atividades educativas para além da instituição escolar, em outros espaços e o reconhecimento da existência e do valor das ações das diversas instituições socializadoras na vida das crianças e jovens. Tal consideração implica, necessariamente, repensar a função social da escola; ainda que reconhecendo seu papel fundamental em relação ao ensino aprendizagem, sem contudo deixar de valorizar o efetivo diálogo com esses outros sujeitos e espaços educativos.

Educação integral é aquela que visa o desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano e que promove, como resultado, sua emancipação. Nessa perspectiva, as práticas educativas se relacionam à vida como um todo e não giram apenas em torno de conteúdos “científicos” previamente determinados; integra-se ao mundo da cultura e do trabalho, este pensado enquanto realização, expressão da criatividade humana. Isto é vai além da perspectiva de uma escola em tempo integral, que se refere apenas à ampliação do tempo (carga horária) que os estudantes passam na escola sem mudanças nas propostas curriculares ou na própria compreensão de educação.

A escola tem sido tradicionalmente reconhecida como espaço de educação, mas trata-se da educação considerada formal, com currículos prescritos e muitas vezes determinantes das atividades realizadas. No entanto, no meio acadêmico já se reconhece que não há como determinar a totalidade do que se ensina e do que se aprende e mais, que a educação não ocorre apenas nos espaços escolares. Neste sentido pode-se pensar em várias justificativas para a proposição de uma educação integral: desde a

compreensão que a vida “moderna” está fazendo com que os grupos sociais de origem das crianças não mais consigam se responsabilizar por sua educação no sentido amplo, dada a configuração do tempo de cada um em função do trabalho para a sobrevivência, até a ideia de que, se “institucionalizada” (sob responsabilidade do Estado) a educação torna-se mais eficaz na preparação dos indivíduos para a vida em sociedade.

No contexto brasileiro, têm sido formuladas concepções e práticas de Educação Integral alicerçadas na ampliação da jornada escolar, desde o início do século XX, visando à necessidade de reestruturar a escola para responder aos desafios de seu tempo histórico. (MEC, SECAD, 2009, p.13).

Como já se afirmou, a proposição de educação integral esteve em pauta nas discussões de políticas educacionais mais de uma vez no país, com base nessas ou em outras justificativas. Na década de 2000, ela toma forma no Programa Mais Educação, uma proposta intersetorial, sob a responsabilidade das Secretarias de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e de Educação Básica (SEB) e em parceria com as secretarias municipais de educação.

2.2. Programa Mais Educação: breve síntese

O objetivo deste programa é, segundo Portaria Normativa Interministerial Nº-17, de 24 de abril de 2007, que “institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar”, conforme cap. 1, artigo 1º:

[...] contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos.

Os recursos para a realização das ações propostas no PME chegarão às unidades escolares por meio do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) e PNDE (Programa Nacional de Desenvolvimento da Educação) e deverão destinados prioritariamente às escolas de baixo IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e cujos estudantes forem considerados em situação de maior vulnerabilidade social.

[...] propõe-se um desenho de Educação Integral que intensifique os processos de territorialização das políticas sociais, articuladas a partir dos

espaços escolares, por meio do diálogo intragovernamental e com as comunidades locais, para a construção de uma prática pedagógica que afirme a educação como direito de todos e de cada um. (MEC, SECAD, 2009, p.9).

A proposta em foco traz como parte de seus princípios a ideia de que os processos educativos se dão em todo lugar, que se pode aprender e ensinar são processos que ocorrem em diversos territórios e que os sujeitos educadores não são apenas professores, mas exatamente esse variado conjunto de sujeitos, tempos e espaços se interligados é que pode promover uma educação ampla e de qualidade. Ou seja, há o reconhecimento da importância da escola na proposição de uma educação integral, mas em conjunto com outros sujeitos, valorizando cultura e trabalho como princípios educativos. (MEC, SECAD, 2009, p.37).

Parte-se do pressuposto que

[...] a escola compõe uma rede de espaços sociais (institucionais e não-institucionais) que constrói comportamentos, juízos de valor, saberes e formas de ser e estar no mundo. (MOLL, 2007, p.139).

E, assim sendo, quanto mais a proposta educacional considerar esses outros espaços, mais chances de resultados positivos ela tem.

[...] a instituição escolar é desafiada a reconhecer os saberes da comunidade, além daqueles trabalhados nos seus currículos, e com eles promover uma constante e fértil transformação tanto dos conteúdos escolares quanto da vida social. (MEC, SECAD, 2009, p.33).

Segundo o caderno “Programa mais educação, passo a passo”, organizado por Jaqueline Moll (SEB/MEC, 2013), as atividades a serem desenvolvidas dentro do PME são organizadas em macrocampos (no primeiro ano de funcionamento eram dez, mas, para 2013, foram reorganizados em cinco), entendidos como temáticas ou campos do conhecimento. São eles: 1-Acompanhamento Pedagógico; 2- Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital; 3- Tecnológica; Cultura, Artes e Educação Patrimonial; 4- Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e 4- Economia Solidária e Criativa/Educação Econômica e 5- Esporte e Lazer, entre os quais as escolas escolhem as atividades que vão desenvolver. É obrigatório o desenvolvimento de ações no macrocampo 1- Acompanhamento Pedagógico, pois ele articula as atividades do Programa Mais Educação e os componentes curriculares.

No que diz respeito à seleção de alunos, caso não seja possível a participação de todos, segundo as orientações dos documentos publicados, deve-se considerar a vulnerabilidade social, mas

Cada escola, contextualizada com seu projeto político-pedagógico específico e em diálogo com sua comunidade, será a referência para a definição de quantos e quais alunos participarão das atividades, sendo desejável que todos os estudantes participem e que o conjunto da escola participe nas escolhas e definições. (SEB/MEC, 2013, p.13).

A responsabilidade da educação integral é compartilhada com a família e a sociedade

A Educação Integral abre espaço para o trabalho dos profissionais da educação, dos educadores populares, dos estudantes em processo de formação docente e dos agentes culturais, que se constituem como referências em suas comunidades por suas práticas em diferentes campos (observando-se a Lei nº 9.608/1998, que dispõe sobre voluntariado). (SEB/MEC, 2013, p.15).

Isso quer dizer que as ações relativas ao contraturno, que garantem o chamado “tempo integral”, não equivalem à duplicação ou mesmo ampliação da jornada de trabalho dos professores; outras pessoas assumem essas atividades em função de suas próprias “práticas em diferentes campos”, coordenadas pela ação conjunta da direção da escola, professor comunitário e Comitê local. Nesta proposta se busca “constituir uma educação cidadã, com contribuições de outras áreas sociais e organizações da sociedade civil.” (MEC/ SECAD, 2009, p.25).

É na escola que se define quem assumirá a função de professor comunitário, pautando-se em características que atendam ao perfil mais adequado para essa função de “fazer a ponte” entre escola e comunidade.

A Secretaria Municipal ou Estadual de Educação designará esse professor, que deve ser efetivo do quadro, com 40 horas semanais, para coordenar a oferta e a execução das atividades do Programa Mais Educação. (SEB/MEC, 2013, p.15).

Destaque-se que os documentos relativos ao PME demonstram a compreensão de que esta proposta tende a alterar a vida dos professores, suas concepções sobre educação, suas perspectivas em relação à profissão, suas relações e práticas pedagógicas. É necessário pensar e realizar, concomitantemente à implementação de um Programa como este, ações de formação de educadores.

A compreensão da jornada de trabalho dos professores na perspectiva da Educação Integral requer a inclusão de períodos de estudo, de

acompanhamento pedagógico, de preparação de aulas e de avaliação de organização da vida escolar. A reorganização dessa jornada exige que a formação de educadores inclua conteúdos específicos de formulação e acompanhamento de projetos e de gestão intersetorial e comunitária. (MEC/ SECAD, 2009, p.39).

Em vista do exposto, este projeto de pesquisa busca analisar o Programa Mais Educação no Sistema Municipal de Ensino de Cáceres-MT, focalizando a gestão e as práticas educativas decorrentes da implementação do PME, proposto pelo Ministério da Educação – MEC, no referido município.

3) OBJETIVO GERAL:

Analisar as características do PME (Programa Mais Educação) e sua implementação no Sistema Municipal de Ensino de Cáceres/MT, focalizando a gestão e as práticas educativas.

3.1.OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Aprofundar a compreensão sobre a proposta do Programa por meio do estudo dos documentos normativos e orientativos para sua implantação e implementação;
- Descrever o histórico do Programa no município de Cáceres, identificando e caracterizando as escolas municipais **urbanas** participantes
- Na dimensão da gestão:
 - Explicitar como ocorrem as relações entre as esferas federal, municipal e escolar no que diz respeito ao financiamento e às ações intersetoriais previstas no PME;
 - Evidenciar o papel do Conselho Escolar na aplicação dos recursos do PDDE no PME;
 - Identificar a função do Conselho da Merenda Escolar na implementação do PME;
 - Verificar como se dá a definição do coordenador do Programa na escola e dos monitores responsáveis pelas ações em cada macrocampo escolhido;
 - Especificar os mecanismos que compõem o processo de seleção dos estudantes que participam do PME;
 - Verificar o papel do Fórum Mais Educação na implantação e implementação do Mais Educação
- Na dimensão das práticas educativas:

- Identificar como se dá a escolha dos macrocampos, a definição de atividades e espaços onde elas ocorrerão e a infraestrutura para sua realização;
- Especificar como ocorrem as relações entre atividades escolares cotidianas e atividades do PME (gestão escolar, papel dos professores, participação dos pais e dos estudantes);
- Demonstrar (se houver) e como ocorre o processo de formação dos educadores envolvidos e qual a participação da Universidade;
- Verificar como se dá a participação dos professores da escola nas discussões e ações do PME, visando compreender as concepções de educação em que se pautam;
- Averiguar se há e quais são as implicações do desenvolvimento do PME em relação à qualidade da educação na perspectiva de gestores, professores, pais e estudantes participantes do Programa.

4) PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é de cunho qualitativo, com referências na abordagem crítico dialética e tem o intuito de, por meio da análise das condições sócio históricas em que o Programa se desenvolve, identificar as contradições constituintes do processo de sua implementação, contribuindo com a indicação de possibilidades de superação. Ou seja, para além da compreensão da teia de relações que vai sendo construída desde a formulação até a efetivação de políticas públicas e seus condicionantes, pretende-se com essa pesquisa, contribuir para que sua realização seja coerente com as necessidades educacionais locais e os princípios básicos sobre os quais se construíram as propostas deste Programa.

O desenvolvimento desta pesquisa se dará contemplando duas dimensões que juntas compõem o objeto de investigação: a gestão e as práticas educativas, vinculadas ao PME no município de Cáceres. Ambas exigem o estudo de documentos (leis, normas e orientações de cunho institucional, além de dados gerais que caracterizam o município e os sujeitos participantes) e a compreensão de como os envolvidos entendem e realizam as propostas do Programa.

Para atingir os objetivos definidos, serão adotados os seguintes procedimentos:

- seleção e leitura de **bibliografia** relacionada ao objeto de estudo, especialmente a discussão sobre educação integral e educação em tempo

integral e sobre educação escolar e não escolar, gestão e políticas públicas, formação inicial e continuada de educadores;

- consulta a diferentes **bases de dados** com destaque para Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e Censo da Educação, para efeito da caracterização do município e das escolas em foco;
- definição de duas escolas para **estudo de caso** de acordo com critérios estabelecidos a partir do estudo inicial sobre escolas municipais participantes e suas características (p. ex.: mais tempo no Programa, maior número de envolvidos...);
- coleta dos dados por meio fontes primárias, tais como **documentos** expedidos pelo MEC, pela administração municipal e/ou escolas;
- coleta de dados por meio de **entrevistas** semi estruturadas com sujeitos envolvidos no desenvolvimento do PME (gestores, professores, monitores, educadores da escola em geral, pais e estudantes);
- coleta de dados por meio de **observação** das atividades desenvolvidas e relacionadas ao PME, a serem definidas de acordo com indicativos oriundos das análises iniciais de documentos e de entrevistas.
- Organização dos dados obtidos em categorias e análise de acordo com as duas dimensões previstas no objetivo geral (gestão e práticas educativas).

Os sujeitos participantes desta pesquisa serão os gestores e a comunidade escolar (educadores da escola em geral, monitores, pais e estudantes). Para cada dimensão pesquisada (gestão e práticas educativas) serão selecionados, a partir do critério inicial de disponibilidade para a participação, aqueles que estiverem diretamente envolvidos nas ações em foco. A definição do número exato de entrevistados dependerá do planejamento e organização de cada escola para a realização das ações do PME e a quantidade de sujeitos por segmento, mas, a princípio, propomos:

- o coordenador municipal do PME;
- os professores coordenadores do PME das duas escolas urbanas selecionadas para o estudo de caso;
- professores da educação básica cujos alunos participam do PME (entre os que tiverem maior número de alunos participando);
- monitores dos macrocampos em efetivação nas duas escolas (preferencialmente os que participam há mais tempo do PME, garantindo entre eles o responsável pelo “acompanhamento pedagógico”);

- pais de estudantes que participam do PME (escolhidos entre aqueles cujos filhos estão participando há mais tempo das atividades);
- estudantes que manifestarem disponibilidade para participação e tiverem aquiescência dos pais e que estejam envolvidos com atividades em, no mínimo, dois macrocampos.

5) PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS DA PROPOSTA

A análise da implementação do PME em uma cidade do interior do país como Cáceres, em Mato Grosso, pode trazer significativas contribuições para a compreensão e até mesmo a avaliação do Programa, tanto em nível municipal como nacional, tendo em vista que as políticas em geral, e mais especificamente as educacionais, ganham concretude ao serem efetivamente colocadas em prática. Essa realização depende de inúmeros fatores, tais como os sujeitos e territórios envolvidos, a interpretação das propostas e a condução dos processos, as reais condições para seu desenvolvimento.

Espera-se também que o estudo contribua no sentido de alertar para a necessidade de ações conjuntas entre os diferentes níveis de ensino e de acompanhamento, por parte da universidade, das políticas educacionais em vigência nos contextos locais.

Além disso, a análise pode contribuir com gestores municipais e educadores envolvidos no sentido de maior compreensão da proposta e possibilidades de desenvolvê-la superando contradições no decorrer do processo.

6) FORMAS DE DIVULGAÇÃO

Os resultados desta pesquisa serão divulgados parcialmente em eventos científicos da área (com a participação de pesquisadores, bolsistas e voluntários), por meio de artigos em periódicos e, ao final da pesquisa, tem-se a pretensão de organizar uma publicação com os resultados gerais em forma de livro. Além disso, será proposta à gestão municipal da educação às escolas participantes do estudo de caso, uma reunião para apresentação dos dados obtidos e discussão em função da compreensão e melhoria do Programa no município.

7) REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Secad/MEC. Organização: Jaqueline Moll. *Educação Integral: texto referência para o debate nacional*. Brasília: MEC, SECAD, 2009. (Série Mais Educação).

_____. *Educação integral/educação integrada e(m) tempo integral: concepções e práticas na educação brasileira: mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada no Brasil: Estudo Qualitativo. Relatório Técnico*. Brasília: MEC, SECAD, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Programa Mais Educação: passo a passo*. Brasília, 2013. (Série Mais Educação).

BRASIL. *Portaria Normativa Interministerial Nº- 17, DE 24 DE ABRIL DE 2007*.

Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar.

COSTA, Marilda de Oliveira. *Concepções de gestão nos programas do Instituto Ayrton Senna no contexto de alterações no papel do Estado e da sociedade civil*. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011, 353 p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

LECLERC, G. F. E.; MOLL, J. *Programa Mais Educação: avanços e desafios para uma estratégia indutora da Educação Integral e em tempo integral*. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 45, p. 91-110, jul./set. 2012. Editora UFPR.

DALE, Roger. O Marketing do Mercado Educacional e a polarização da Educação. In: GENTILI, Pablo (org.). *Pedagogia da exclusão – crítica ao neoliberalismo em educação*. 9 ed. Petrópolis/RJ:Vozes, 1995. (Coleção estudos culturais em educação).

_____. A relação público/privado e a gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado. IN: ADRIÃO, Theresa, PERONI, Vera (Orgs). *Público e privado na educação. Novos elementos para o debate*. São Paulo: Xamã, 2008.

LEITE, L. H. A. *Educação integral, territórios educativos e cidadania: aprendendo com as experiências de ampliação da jornada escolar em Belo Horizonte e Santarém. Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 45, p. 57-72, jul./set. 2012. Editora UFPR.

MATO GROSSO, Decreto N.740, de 29/12/1995 que regulamenta a gestão democrática, definindo a eleição direta de diretores como princípio básico, 1995.

MATO GROSSO, Lei estadual Nº 7 040, de 1º /10/1998 que estabelece a gestão democrática da educação pública em Mato Grosso.

PERONI, Vera. *Política Educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã, 2003.

8) CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ANO	ATIVIDADES	
2013	PRIMEIRO SEMESTRE	SEGUNDO SEMESTRE
		- Seleção, leitura e sistematização de bibliografia relacionada ao objeto de estudo (revisão de literatura).
2014	<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento e sistematização de documentos referentes à política nacional de Educação Básica. - Levantamento de documentos específicos referentes ao Programa Mais Educação (PME). - Seleção e orientação de bolsistas de IC. - Revisão da literatura relacionada ao tema (continuação). - Levantamento e sistematização dos documentos específicos ao PME (continuação). - Realização de Reunião Técnica do Grupo de pesquisa (coordenação e pesquisadores) para definição das escolas que comporão o estudo de caso, elaboração e adequação dos instrumentos de coleta de dados e definição do marco de análise. 	<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento e coleta de dados primários do município: demográficos, educacionais e financeiros. - Orientação de bolsistas. - Acompanhamento do projeto no Sistema de Ensino/SME e nas escolas. - Levantamento de dados referentes à política educacional do município. - Testagem dos instrumentos de coleta de dados. - Contato com os integrantes do Sistema Municipal de Ensino e das escolas selecionadas para estudo. - Realização de entrevistas com os integrantes do Sistema. - Início da pesquisa nas unidades escolares. - Realização de entrevistas com os representantes dos segmentos escolares. - Transcrição das entrevistas. - Conclusão do levantamento de dados . - Elaboração de artigos a partir de resultados parciais da pesquisa e encaminhamento para publicação em periódicos científicos. - Elaboração de relatório parcial para apresentação .
2015	-Sistematização dos dados	- Análise final dos dados coletados pelo grupo de

	<p>coletados.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Orientação de bolsistas. - Análise dos dados coletados: estatísticos, documentais, legislação e entrevistas. - Elaboração de textos teóricos. -Elaboração de textos para apresentação em eventos científicos. - Encaminhamento para publicação em periódicos científicos. - Elaboração de relatório parcial para apresentação nas Instituições participantes. 	<p>pesquisa.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Orientação de bolsistas. - Realização de Reunião Técnica do Grupo de pesquisa, para discussão das análises dos dados e apresentação de textos teóricos. - Organização de artigos para publicação em periódicos e de um livro, com resultados da pesquisa. - Elaboração e revisão do relatório final. - Apresentação do relatório final. - Encaminhamento do relatório ao município que integra a pesquisa. - Encaminhamento do relatório final ao CNPq e à UNEMAT
--	--	--

9) ORÇAMENTO DETALHADO

DISCRIMINAÇÃO		Qtde	Valor unit.	Valor Total
Elemento de Despesa				
Material Permanente	(Especificar cada um dos itens solicitados)			
	1. Bibliografia	120	45,00	5.400,00
	2. Gravador Digital de voz micro Sony px-312 2GB USB 80 horas de gravação	3	286,00	858,00
	3. Computador (de mesa)	2	1.499,00	2.998,00
	4. Notebook - 4 GB (gigabyte) de memória RAM; memórias DDR 3; AMD Athlon X2 Dual Core; HD com 500 GB; 13 ou 11 polegadas; portas USB 3.0, portas HDMI, conectividade Wi-Fi.	2	1.400,00	2.800,00
	5. Nobreak	2	343,00	686,00
	6. Mesas para computador	2	211,20	422,40
	7. Mesa retangular para reunião	1	659,00	659,00
	8. Cadeira Escritório Fixa	6	150,00	900,00
	9. Impressora Laser Mult.Hp M1132	1	799,00	799,00
	10. Cadeiras giratórias para mesa de computador	3	225,57	676,71
11. Câmera Digital- SP 810, 14 MP, LCD 3,	1	789,00	789,00	

	12. Cartão de memória 8GB	2	77,00	154,00
Sub total material permanente				17.142,11
	(Especificar cada um dos ítems solicitados)			
Material de Consumo	1. Caixa de Resmas de Papel A4 – caixa c/ 10 resmas	4	120,00	480,00
	2. Pasta plástica transparente 20 MM	12	1,40	16,80
	3. CDs	30	0,70	21,00
	4. Grampeador	2	7,20	14,40
	5. Pacote de folha Papel vergê c/ 50 folhas	1	8,14	8,14
	6. Marcador de texto	12	0,54	6,48
	7. Pen drive 4 GB	06	23,50	141,00
	8. Toner HP 85 A original	03	255,00	765,00
	9. Toner Potencial 85 A compatível (recarga)	06	55,00	330,00
				1.782,82
Serviço de Terceiro (pessoa jurídica)	(Especificar cada um dos ítems solicitados)	00	00	00
Serviço de Terceiro (pessoa física)	(Especificar cada um dos ítems solicitados)	00	00	00
Assistência técnica	Serviço de manutenção em computadores	5	70,00	350,00
SUBTOTAL DE CUSTEIO*				2.132,82
TOTAL GERAL				19.274,93

*Sub-total Custeio: soma das despesas previstas com material de consumo, serviços de terceiro pessoa jurídica,

10) ORÇAMENTO JUSTIFICADO

Itens de Dispendio	Valor	Descrição	Justificativa
CAPITAL	R\$ 5.400,00	Bibliografia	O desenvolvimento de pesquisas requer o domínio de referencial teórico metodológico e conhecimento da produção relacionada ao campo, disponível em publicações.
	R\$ 858,00	Gravador Digital de voz micro Sony px-312 2GB usb 80 horas de gravação	Pesquisas pautadas em dados obtidos por meio de fontes orais, demandam o uso de tecnologias disponíveis que possam garantir registro fiel das informações.
	R\$ 2.998,00	Computador de mesa	O trabalho de investigação realizado em grupo composto por pesquisadores e estudantes requer equipamento tecnológico disponível aos membros do grupo, nos quais qualquer componente do grupo possa trabalhar e que archive institucionalmente os diversos registros desde o início da investigação.
	R\$ 2.800,00	Notebook com gravador de CD e DVD, wireless e demais acessórios.	Este material é essencial á pesquisa, pois possibilita o registro e o trato das informações, independente de se estar no espaço institucional, favorecendo o registro das informações das reuniões do Grupo, bem como organização de banco de dados da pesquisa e sua disponibilização.
	R\$ 686,00	Nobreak	Equipamento necessário para segurança dos computadores.
	R\$ 422,40 R\$ 676,71	Mesa para computador e cadeira	Garante a organização do espaço institucional para as atividades do grupo de pesquisa
	R\$ 659,00 R\$ 900,00	Mesa e cadeiras	Mobiliário necessário para o trabalho em equipe, especialmente considerando a necessidade de ações conjuntas e discussões a cada procedimento de pesquisa.
	R\$ 799,00	Impressora Laser Mult.Hp M1132	Possibilita a impressão de materiais necessários ao

			desenvolvimento da pesquisa.
	R\$ 154,00	Cartão de memória 8GB	Possibilidade de ampliação de espaço para registro e garantia de mais de uma forma de armazenamento de dados.
	R\$ 789,00	Câmera Digital- SP 810, 14 MP, LCD 3	Garante o registro de imagens referentes ao objeto e às atividades de pesquisa.
Subtotal	R\$ 17.142,11		
CUSTEIO	R\$ 1782,82	Material de escritório (papel sulfite, CDs, tonner, <i>Pen-drive</i> etc)	Materiais indispensáveis para as atividades cotidianas da pesquisa, a serem disponibilizados aos membros da equipe em seu local de trabalho.
SERVIÇOS DE TERCEIRO	R\$ 350,00	Manutenção de computadores	Medida de segurança para o bom funcionamento dos equipamentos.
TOTAL	R\$ 19.274,93		

11) CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Especificação	2º Semestre 2013	1º semestre 2014	2º Semestre 2014	1º Semestre 2015	2º Semestre 2015
Material permanente	X	X	X		
Material de Consumo		X	X	X	X
Material bibliográfico		X	X	X	

12) IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO PROJETO

Proponentes:

Profª Drª Heloisa Salles Gentil- pesquisadora UNEMAT Cáceres/MT (coordenadora)

Profª Drª Marilda de Oliveira Costa - pesquisadora UNEMAT Cáceres/MT

Prof. Ms Fábio da Penha Coelho – pesquisador UNEMAT, Cáceres/MT

Equipe:

Profª Dinairan Dantas Souza – professora da rede municipal de Cáceres, mestranda PPGEduc/ UNEMAT, Cáceres/MT. (aluna)

Nayhara Mirelli Moraes da Silva – estudante de graduação do curso de Pedagogia.

VIC.(aluna)

3 (três) Bolsistas de PIBIC (possibilidade a partir de quando forem abertos editais para tal).

13) DISPONIBILIDADE DE INFRA-ESTRUTURA E DE APOIO TÉCNICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

A UNEMAT, especificamente por meio do Programa de Pós Graduação em Educação, dispõe de salas para o desenvolvimento de Projetos de pesquisa, com condições básicas para o funcionamento de atividades de estudo individual e em grupo, reuniões, ou outras atividades relacionadas, incluindo espaço para arquivo de documentos e instalação de computadores com acesso livre à internet.

Além disso, conta-se com a Biblioteca do Campus Universitário de Cáceres-MT que dispõe de um espaço físico de 2.100 (dois mil e cem) m², com 2 (dois) salões, 11 (onze) salas para estudo individual e em grupo, 1 (um) laboratório de informática com acesso a internet, e poderá ser usada durante os estudos.